

OBSERVAÇÕES SOBRE OS IMPACTOS ECONÔMICOS ESPERADOS DOS JOGOS OLÍMPICOS DE 2016

Marcelo Weishaupt Proni¹

Resumo

O propósito central do artigo é examinar algumas projeções a respeito dos impactos econômicos da realização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, em 2016. Observando os Jogos de Barcelona (1992), Sydney (2000) e Beijing (2008), constata-se que este megaevento pode ser um catalisador de investimentos na infraestrutura urbana e ajudar a dinamizar o turismo e a gerar empregos. Contudo, em geral, os resultados projetados tendem a superestimar os benefícios que os Jogos podem oferecer, procurando assim legitimar os gastos do governo, que são vitais para viabilizar a realização dos Jogos. O artigo apresenta o orçamento do ambicioso projeto olímpico Rio-

Abstract

The main purpose of this article is to examine some projections about the economic impacts of the Olympic Games in Rio de Janeiro in 2016. Looking at the Barcelona Games (1992), Sydney (2000) and Beijing (2008), notes that this mega event can be a catalyst for investments in urban infrastructure and help boost tourism and create jobs. However, in general, the projected results tend to overestimate the benefits the Games can offer, thus seeking to legitimize government spending, which are vital to enable the completion of the Games. The article presents the budget of the ambitious Olympic

1 Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Doutor em educação física pela Unicamp. Contato: mwproni@eco.unicamp.br.

2016. E procura argumentar que as Olimpíadas poderão ser muito benéficas, mas para poucos segmentos econômicos e sociais, de modo concentrado na cidade sede. Para evitar um uso abusivo de recursos públicos, como foi o caso das Olimpíadas de Athens (2004) e dos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro (2007), o artigo enfatiza a necessidade de aprimorar mecanismos democráticos para a tomada de decisões e de propiciar transparência na execução do orçamento. Ao final, argumenta que os principais legados dos Jogos Olímpicos de 2016 não serão no campo econômico.

Palavras-chave: *Jogos Olímpicos; marketing esportivo; economia política do esporte.*

“Avaliar os efeitos de megaeventos como os Jogos Olímpicos é um assunto complexo. Os custos econômicos e sociais bem como os benefícios para as cidades-sede ou região não são fáceis de estimar. A evidência, com base na experiência de cidades que em décadas recentes foram sedes de Olimpíadas, sugere que tendem a ser exageradas as afirmações positivas para sediar o evento, manifestadas com frequência durante a própria disputa. Por essa razão, é bem razoável indagar quais serão os vencedores e os perdedores.” (POYNTER, 2008, p.124)

Rio-2016. He tries to argue that the Olympics could be very beneficial, but for the few economic sectors and social needs, concentrated in the host city. To avoid misuse of public resources, as was the case of the Olympics in Athens (2004) and Pan American Games in Rio de Janeiro (2007), this article emphasizes the need to improve democratic mechanisms for decision-making and provide transparency in budget implementation. In the end, argues that the main legacies of the 2016 Olympic Games will not be in the economic field.

Keywords: *Olympics Games, sports marketing, political economy of sport.*

Introdução

A partir de 1984, o Comitê Olímpico Internacional (COI) transformou as Olimpíadas num sofisticado projeto de marketing, que gera lucros milionários aos seus organizadores (PAYNE, 2006). Desde então, os custos para a realização dos Jogos têm aumentado, não apenas porque a produção do megaevento tornou-se ainda mais grandiosa, mas porque passou a ser exigido das cidades que hospedam os Jogos um padrão de qualidade que se traduz num conjunto de serviços urbanos que garantam o conforto, a mobilidade e a segurança das de-

legações olímpicas, assim como de jornalistas e de espectadores vindos de todas as partes do globo.

As receitas do marketing olímpico pagam os gastos com a organização da festa, mas não com a preparação do local da festa (PRONI, 2008). Ainda assim, a disputa para receber a Olimpíada se acirrou, nos últimos anos. Dezenas de metrópoles têm gasto muitos de milhões de dólares em suas candidaturas para sediar os Jogos Olímpicos. Certamente, estão convencidas de que é um bom negócio e que os benefícios esperados compensarão os esforços e sacrifícios requeridos. Querem repetir os êxitos de Barcelona-1992, Sydney-2000 e Beijing-2008, que além de encantarem o público e os telespectadores deixaram legados importantes para a cidade e mesmo para o país. E esperam evitar os problemas de Athens-2004, cujo legado tem sido muito criticado pela própria sociedade grega.

No dia 2 de outubro de 2009, quando COI o elegeu o Rio de Janeiro como a cidade-sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 (concorriam também Chicago, Madrid e Tokyo), o jornal norte-americano *The New York Times* publicou um conjunto de artigos debatendo a seguinte questão: “Quais os benefícios econômicos de curto e longo prazo para a cidade que hospeda o evento?” E as opiniões

divergentes dos especialistas consultados mostram que essa é uma questão polêmica. Vale a pena registrar algumas afirmações que sintetizam as diferentes opiniões (NYT, 2009):

“There is no doubt that hosting an Olympic festival produces a large measure of civic pride and psychological satisfaction (...) Long-term benefits are another matter. (...) For long-term benefits, host cities should focus on facilities that enhance urban life.” (**Robert K. Barney**)

“A city looking for an economic boost, would be wise to not host the Olympics. (...) The long-term picture is not much brighter, as Olympic facilities sit for decades on increasingly scarce and valuable urban real estate. If a city is looking for an economic boost, there are better ways to invest its money.” (**Andrew Zimbalist**)

“Economists generally find that local organizers and sports boosters routinely exaggerate the benefits and underestimate the costs of hosting major events such as the Olympics. As a path to riches and long-term economic development, most Olympic hosts have been

sorely disappointed.” (**Victor Matheson**)

“The investment in the city for the Olympics was a form of historical payback – and worth it, because the country, not the city, picked up the tab.” (**William C. Kirby**)

“Yes, the Olympics are costly, but they can help create a more sustainable urban environment for the host city.” (**Dahshi Marshall**)

Em síntese, a conclusão do *New York Times* é que os benefícios de sediar o evento incluem a criação de empregos, a atração de investidores, um impulso ao turismo e uma “plástica” para a cidade. Ainda assim, os investimentos públicos raramente valem a pena, em especial por causa dos custos da manutenção das instalações esportivas que são pouco utilizadas após os Jogos. Por isso, Chicago não deveria lamentar a derrota na escolha do COI. Provavelmente, o Rio de Janeiro terá mais a ganhar com as Olimpíadas e, nesse sentido, talvez a escolha do COI tenha sido a mais acertada.

No Brasil, também há opiniões divergentes a respeito dos prováveis impactos econômicos dos Jogos de 2016 e do seu legado. Vale a pena registrar algumas falas publicadas pela imprensa brasileira:

“Nem Rio-2016, nem São Paulo-2020, nem Brasília-2024. (...) Porque um país que não dá a menor pelota para o esporte como fator de saúde pública ou de inclusão social não tem por que pleitear ser sede de uma Olimpíada. (...) E há ainda, contra nós, a corrupção, a sangria dos cofres públicos. (...) O Pan-2007 já foi o que foi. Nem tem mais quem o defenda. Chega!” (Juca Kfoury, jornalista, artigo publicado no jornal *Folha de São Paulo*, 01/10/2009)

“A realização dos Jogos Olímpicos, antecedidos por uma Copa do Mundo de Futebol, além de um enorme legado de infraestrutura que tem impacto direto no turismo, significará pelo menos quatro anos de uma mega campanha publicitária, que transformará a imagem do país. É uma grande oportunidade de promoção e vamos mostrar o mundo que, além de belas praias, diversidade cultural e natural, temos também infraestrutura para nos consolidarmos como um dos grandes destinos de eventos internacionais do mundo.” (Jeanine Pires, presidente da Embratur, entrevista publicada no site do Ministério do Turismo, 02/10/2009)

“A conquista da Olimpíada é um dos vetores centrais para definição de investimentos no Brasil. É um tema que passa a ser chave central da agenda nacional. Portanto, vai ser uma das principais vitrines da ação de governo do próximo período. (...) Primeiro é fundamental que nós façamos um bom planejamento. Detalhado no limite para que possamos ter um cronograma de preparação da Olimpíada adequado e que facilite a boa utilização dos recursos públicos e reduza custo. O planejamento é um tema chave nesse período. Segundo, eu vou trabalhar obsessivamente para a máxima transparência no processo como apresentar balanços regulares à sociedade através da imprensa. É preciso preparar desde já o legado dos Jogos, ou seja, o que vai ser utilizado das instalações, que intervenções serão feitas na cidade para melhorar a vida das pessoas.” (Orlando Silva, ministro do esporte, entrevista ao portal *Vermelho*, 8/10/2009)

“Barcelona é o grande modelo que nós temos que seguir, porque a cidade se transformou por completo com os Jogos. (...) A cidade do Rio de Janeiro tinha um papel de absoluta centrali-

dade no cenário brasileiro, que foi se perdendo por decisões tomadas ao longo da história. Essa é uma oportunidade única de transformação, para que nós possamos consolidar esse processo de reencontro do Rio de Janeiro com a sua história. Não tenho dúvidas de que vamos construir uma nova cidade a partir de agora, com auge em 2016.” (Eduardo Paes, prefeito do Rio de Janeiro, palestra no Seminário *A Olimpíada e a Cidade: conexão Rio-Barcelona*, 19/03/2010)

“Os recursos serão muito importantes. Mas, se forem dirigidos prioritariamente para a Barra, a cidade vai sofrer muito. E a grande mudança que uma Olimpíada pode trazer vai ser minimizada porque o conjunto da população terá menos oportunidades do que teria, por exemplo, se os Jogos Olímpicos se concentrassem na área portuária. O porto, agora, está disponível. Quando as Olimpíadas foram programadas, não havia o acordo entre os três níveis de governo. Os terrenos do porto estavam impossíveis. Isso mudou. (...) O aproveitamento do porto é mais barato. A área é central e haverá a valorização de toda a Região Metropolitana,

porque o sistema de transportes melhora. A construção da Vila Olímpica também vai estimular a habitação e novos edifícios de serviços e escritórios no Centro. O que Barcelona fez foi pegar a área degradada e investir. A cidade toda se beneficiou. Nós pegamos a área que o setor imobiliário está querendo (Barra) e, neste caso, os investimentos ficarão só lá.” (Sérgio Magalhães, arquiteto e urbanista, entrevista ao jornal *O Globo*, 05/10/2009)

“O ponto que você pergunta em termos de orçamento, se você levantar na história dos Jogos Olímpicos, todos os orçamentos foram além daqueles apresentados por uma questão de necessidade para poder atender uma coisa a mais e até [por causa de] mudanças, como por exemplo, da tecnologia. (...) Não existe investigação [sobre o descontrole dos gastos com o Pan de 2007]. Tribunal de Contas não investiga, Tribunal de Contas analisa. Nós prestamos contas, eles analisam. (...) Eu acho que o legado dos Jogos Pan-Americanos foi extraordinário em vários sentidos. O melhor é a vitória d[do] projeto para] os Jogos Olímpicos, elogiado e enaltecido pelo Comitê Olímpico Internacional de uma

maneira muito grande.” (Carlos Arthur Nuzman, presidente do COB e do COJO, entrevista ao portal *Terra*, 22/02/2010)

Como se pode constatar, em meio aos discursos otimistas de autoridades sobre os legados potencialmente muito positivos havia a desconfiança e o ceticismo de jornalistas, assim como havia a divergência de urbanistas cariocas a respeito das soluções técnicas que foram dadas ao projeto. Sem dúvida, a grande maioria da opinião pública é favorável à realização da Olimpíada no Rio de Janeiro, mas há muitas dúvidas a respeito de quais serão os segmentos econômicos e sociais mais beneficiados, assim como sobre a possibilidade de que outros segmentos sejam prejudicados. A questão central que tem sido discutida em fóruns esporádicos se refere à participação do Estado no financiamento e na coordenação dos investimentos para os Jogos Rio-2016 e ao efetivo legado que será deixado para a Cidade e para o País. Este artigo pretende contribuir para esclarecer alguns pontos destes temas polêmicos.

Referências para a análise de impactos e legados

O COI passou a dar mais ênfase ao legado dos Jogos Olímpicos

desde 1992 e, em especial, a partir de 2003. À medida que os custos indiretos para sediar a Olimpíada foram crescendo, aprimorou-se o discurso sobre os benefícios obtidos pela cidade sede e pelo país, que vão muito além do legado esportivo propriamente dito. Investir na cidade – e não apenas no evento – passou a ser uma prioridade na hora de formular uma proposta de candidatura para sediar um evento deste porte. Além de construir estádios, ginásios, piscinas e alojamentos, é fundamental pensar nas facilidades de transporte e comunicação, na segurança do público, na questão ambiental, entre outros quesitos. Mas, a *Carta Olímpica*, ao definir a missão e os objetivos do COI, não é específica sobre esse assunto, pois só estabelece que é seu papel “to promote a positive legacy from the Olympic Games to the host cities and host countries” (IOC, 2010, p. 15).

A ideia de legado é difícil de ser especificada com precisão, pois se refere tanto a bens tangíveis (por exemplo, as obras que são realizadas na cidade) como a elementos intangíveis (como a imagem da nação no exterior), que permanecem após a realização do megaevento e que podem durar por muitos anos (MAZO; ROLIM; DACOSTA, 2008). Os legados por ser examinados em várias dimensões: infraestrutura urbana, economia, conhecimento,

imagem, cultura, meio ambiente e qualidade de vida. Alguns são mais fáceis de serem identificados, ao passo que outros são mais subjetivos. Em todas as edições recentes dos Jogos podem ser constatados legados importantes, mas em cada edição é colocada uma ênfase maior em duas ou três dimensões. E também pode acontecer de, por algum motivo imprevisto, o legado ficar muito aquém do esperado, ou mesmo criar problemas para a cidade e o país, como no exemplo do legado econômico negativo (dívida pública) que ficou para Montréal-1976 e para Athens-2004.

Alguns autores buscam estabelecer uma diferenciação entre os impactos econômicos e os legados econômicos dos Jogos (PREUSS, 2008), uma vez que os impactos dizem respeito aos efeitos imediatos causados pela preparação e realização das Olimpíadas, podendo ser provisórios, ao passo que os legados são mais duradouros. Neste artigo, contudo, não se pretende reproduzir exaustivamente as diferentes metodologias que têm sido adotadas para analisar os efeitos imediatos e os de longo prazo, os impactos primários e secundários, os legados tangíveis e intangíveis. Será suficiente evidenciar as conclusões que têm sido apontadas em estudos selecionados, para assim estabelecer algumas referências para a reflexão proposta.

Antes de examinar o legado esperado de uma edição dos Jogos Olímpicos – ou melhor, de avaliar as possibilidades de aproveitar os Jogos para impulsionar a economia, revitalizar áreas urbanas, construir uma nova imagem para a cidade etc. –, convém considerar quatro aspectos mais gerais (POYNTER, 2008, p. 129-130):

“Primeiro, o conceito de “legado” decorrente de importantes megaeventos esportivos está agora firmemente focado em resultados não-esportivos como importante fonte de legitimidade para receber os Jogos. Segundo, as cidades proponentes têm aliado suas propostas a estratégias de desenvolvimento econômico e regeneração que tendem a refletir a natureza relativamente dinâmica de suas economias regionais e nacionais (Seul e Beijing) ou a relativa falta de dinamismo de suas economias (Barcelona, Atlanta, Sidney, Atenas e Londres). Este último grupo composto na maioria por cidades ‘ocidentais’ que utilizaram a candidatura como uma tentativa de ‘catalisar’ a regeneração local através da expansão de serviços com base em indústrias voltadas ao consumo (...) Terceiro, (...) têm confiado fortemente em diferen-

tes formas de intervenções estatais para se promoverem como cidades globais, uma tendência que se reflete particularmente no contexto do Reino Unido: uma reabilitação do conceito de estado intervencionista, evidenciando a relativa dependência de diversos segmentos do setor empresarial em grandes projetos conduzidos pelo Estado. Finalmente, a crescente importância atribuída a legados não-esportivos tem gerado muito debate concernente ao impacto social e cultural das Olimpíadas, identificando vencedores e perdedores como decorrência do inevitável processo de re-engenharia social que acompanha extensivos esquemas de regeneração urbana.”

Por um lado, observa-se uma convergência de propósitos nas candidaturas: converter a cidade sede numa metrópole mundialmente conhecida e admirada, capaz de reunir todos os requisitos para se destacar na era contemporânea. Esta estratégia foi adotada desde Seul-1988. Os interesses são óbvios: estabelecer um novo posicionamento da cidade na rede global (recebendo fluxos de pessoas e de capitais). Inegavelmente, há também um relevante componente político na decisão de abrigar um evento como este, mas

aí os motivos podem se diferenciar muito de uma edição para outra (PRONI; ARAÚJO; AMORIN, 2008). Por outro lado, as possibilidades de alcançar maior ou menor sucesso nessa estratégia dependem de várias circunstâncias, incluindo a situação da conjuntura econômica internacional, a configuração e dinamismo da economia local e o grau de sinergia com as políticas de desenvolvimento nacional e regional.

A maioria dos estudos sobre o legado olímpico para a cidade sede e grande parte das avaliações sobre os impactos da realização dos Jogos Olímpicos focalizam os casos mais exitosos: Barcelona-1992 e Sydney-2000, mais recentemente Beijing-2008. Não por acaso, tanto os responsáveis por London-2012 como os responsáveis pelos Jogos do Rio-2016 têm procurado estabelecer paralelos com os dois primeiros, enquanto o terceiro parece ser um caso muito particular.

Barcelona-1992 se destaca por ter aproveitado os Jogos Olímpicos para superar a estagnação dos anos 1980, para se modernizar e dar um salto à frente, tornando-se uma cidade cosmopolita, muito bem avaliada segundo os padrões contemporâneos de desenvolvimento urbano (MASCARENHAS, 2008). A maioria dos investimentos foi feita na própria infra-estrutura urbana (em especial, na área de transporte),

integrando o centro histórico com o litoral e deixando para a população da cidade um legado muito maior do que o legado esportivo. E a avaliação da população refletiu essa aprovação: o aumento da auto-estima e satisfação dos cidadãos, por causa das melhorias que aconteceram em virtude da Olimpíada. Em termos de impactos econômicos, o destaque fica por conta do aumento do PIB (US\$ 16,6 bilhões entre 1987 e 1992), da inflação nos preços dos imóveis (multiplicados por três), da redução da taxa de desemprego (de 18,4% em outubro de 1986 para 9,6% em julho de 1992) e da expansão da indústria do turismo, em especial da capacidade de atendimento da rede hoteleira (ARAÚJO, 2007).

Sydney-2000 teve como maior trunfo a preocupação ambiental. Pela primeira vez na história dos Jogos Olímpicos o meio ambiente foi colocado como prioridade, como um legado a ser valorizado. Ações como a despoluição da Homebush Bay (colocada como área central dos Jogos Olímpicos), bem como a adoção de técnicas de reaproveitamento de água, conservação de energia e reciclagem de lixo demonstraram a preocupação com o desenvolvimento sustentável e transmitiram uma mensagem politicamente correta. A partir de então, a preocupação com o meio ambiente passou a ser uma

exigência do COI (tanto em Atenas-2004 como em Beijing-2008 foram executadas ações nesta direção). Em termos de impactos econômicos, houve um pequeno aumento do PIB (US\$ 7,5 bilhões entre 1995 e 2000), criação de 15 mil empregos por ano (em média, entre 1995 e 2000), mas os benefícios maiores também se concentram no aumento do turismo internacional (acréscimo de 1,6 milhões de turistas na Austrália e de 15% dos visitantes em Sydney) (ARAÚJO, 2007).

Quanto a Beijing-2008, os Jogos mais caros da história, não há dúvida de que serviram para fortalecer o orgulho dos chineses de serem uma grande potência esportiva e para transmitirem a imagem de nação capaz de superar qualquer desafio, mostrando ao mundo do que a China é capaz, como queria o governo do Partido Comunista da China (PCC). A capital recebeu uma injeção de recursos que a transformou numa das mais modernas metrópoles da Ásia, com uma infraestrutura melhor e com menores níveis de poluição. O governo chinês investiu na reforma urbana e na modernização de equipamentos urbanos, beneficiando a população de Beijing. Houve uma ampliação da malha viária: rodovias, linhas de ônibus, metrô e trens urbanos. Além disso, a cidade ganhou um novo aeroporto internacional, con-

siderado o maior do mundo (sem dúvida, é provável que a maioria desses investimentos em infraestrutura seriam realizados mesmo sem os Jogos). Ressalte-se, também, que grandes fábricas poluidoras foram transferidas para o entorno da região metropolitana ou para outros estados. E que milhares de árvores foram plantadas dentro da capital e em seus arredores, procurando assim melhorar a qualidade do ar. Quanto aos impactos econômicos, as previsões eram positivas em termos de impulso a alguns segmentos econômicos (construção, publicidade, material esportivo), assim como ao turismo, mas os dados ainda são preliminares (PRONI; ARAÚJO; AMORIN, 2008).

Porém, mesmo os casos mais exitosos têm sido objeto de crítica. Por exemplo, o modelo de Barcelona-1992 tem sido criticado por parte da população por ter priorizado a vitalidade econômica e o turismo, sem preocupação com a elevação do custo de vida e deixando em segundo plano as políticas universais de proteção social. Por sua vez, a fórmula dos Jogos de Beijing-2008 também tem uma desvantagem, comum a outros projetos olímpicos, que os chineses não puderam evitar. Como o calendário esportivo não prevê muitas competições de importância na cidade (e o governo censura muitos

espetáculos musicais), os ginásios permanecem como “elefantes brancos” a maior parte do tempo. As exceções ficam por conta do Estádio Nacional (o Ninho de Pássaro) e do Centro de Esportes Aquáticos (o Cubo d’Água), que viraram um marco das Olimpíadas e são hoje visitados por chineses de todo o país (RIO 2016... , 2009).

Para evitar um entendimento superficial dessa problemática, é necessário buscar argumentos na abordagem de um dos maiores especialistas no assunto, Holger Preuss, que na sua palestra no “Seminário de Gestão de Legados de Megaeventos Esportivos”, realizado no Rio de Janeiro em maio de 2008, iniciou formulando a seguinte questão (PREUSS, 2008, p. 84): “Os megaeventos esportivos são alternativas eficientes de investimento para recursos públicos escassos?”

Ao refletir sobre essa questão, baseando-se em estudos que realizou sobre a organização e os impactos dos Jogos, Preuss procurou desmistificar algumas ideias que se tornaram uma espécie de “senso comum”. A sua opinião é favorável a este tipo de gasto, mas a resposta não pode ser simples, uma vez que envolve um conjunto de variáveis e circunstâncias que interferem numa decisão essencialmente política. A partir de suas conclusões (PREUSS, 2008, p. 90) é possível fazer as seguintes proposições:

1. A estratégia de execução do projeto tem de ser definida e conduzida pelo governo federal, devido à possibilidade de “fracasso de mercado” (quando os responsáveis pela oferta não conseguem satisfazer a demanda existente). Os riscos econômicos são muito elevados e a condução do processo não pode ficar nas mãos do setor privado, nem do governo municipal.
2. A “eficiência” na execução de um projeto (entendida como a relação entre investimentos e resultados obtidos) não pode ser definida de maneiras simples, nem tratada com exatidão numérica. A organização de um megaevento pode ser considerada mais ou menos eficiente, dependendo do jogo de interesses e das expectativas dos diferentes segmentos envolvidos (públicos e privados).
3. Os megaeventos esportivos não são dispendiosos para um governo federal (como seriam para uma prefeitura), nem o impacto econômico temporário afeta significativamente o PIB do país. Assim, não há razão para que provoquem

um endividamento público exagerado, ainda mais se os gastos são distribuídos ao longo de sete anos. Ao mesmo tempo, os impactos dos Jogos na economia nacional não deveriam ser superestimados (os efeitos sobre o PIB se concentram na cidade sede e região).

4. Uma estratégia de comunicação bem feita pode trazer benefícios econômicos (por exemplo, criando uma marca: “Brasil”, “Rio”). Certos grupos econômicos podem se beneficiar indiretamente, se a cidade for capaz de atrair outros eventos (esportivos ou não) de grande porte e se empresas transnacionais decidirem instalar filiais ali ou ampliar seus negócios.
5. O legado precisa ser bem planejado para maximizar a qualidade do que é oferecido, sem tornar muito dispendiosos os projetos relacionados ao evento. E quanto mais abrangente o número de pessoas que desfruta dos legados deixados pelos Jogos, maior a sua legitimidade.

Os três casos mencionados anteriormente parecem atender

de forma satisfatória as proposições pontuadas acima: os governos se comprometeram, os investimentos produziram resultados positivos e beneficiaram ramos econômicos, os custos elevados foram aprovados com antecedência e não acarretaram descontrole orçamentário, as estratégias de divulgação da imagem foram bem sucedidas e os legados deixados legitimaram os gastos realizados.

Por sua vez, os problemas verificados na organização das Olimpíadas de Athens (2004) e dos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro (2007) podem ser lembrados como exemplos de contrariam a afirmação de que megaeventos esportivos são alternativas eficientes de investimento para recursos públicos escassos. No caso do Pan-2007, os gastos se multiplicaram, mas os impactos econômicos foram pouco significativos; e como não foram cumpridas as promessas feitas à população, não foi deixado um legado positivo para a cidade. O governo federal teve de arcar com a maior parte dos custos, sem que a sociedade brasileira se beneficiasse com isso (GRION, 2010).

Um projeto audacioso

A candidatura olímpica do Rio de Janeiro para 2016 custou mais de R\$ 88 milhões e foi a que

apresentou o projeto mais caro entre as quatro finalistas, mas com plenas garantias de execução, assumidas pelos governos federal, estadual e municipal. Por ser o mais audacioso e contar com grande apoio governamental e da população, o COI acreditou que aquele projeto tecnicamente bem feito era o que traria o maior legado material e imaterial. Assim, decidiu contemplar pela primeira vez a América do Sul.

O orçamento inicial previa um custo de US\$ 13,92 bilhões, dos quais US\$ 11,1 bilhões (79,7%) correspondiam ao gasto com diversas obras de infraestrutura urbana, que são de responsabilidade do poder público, enquanto outros US\$ 2,82 bilhões (20,3%) seriam destinados às instalações esportivas e às funções operacionais do megaevento. Os gastos diretamente associados à realização das competições olímpicas seriam financiados pelo COI (31%), por patrocinadores locais (20%), pela venda de ingressos (14%) e ainda por subvenções governamentais (36%). Portanto, os cofres públicos iriam arcar com a grande maioria dos investimentos necessários para a preparação completa do Rio para a realização dos Jogos do Rio-2016².

Os gastos com infraestrutura foram divididos em seis áreas principais: transporte (50%), saneamento (12%), energia (8%), segurança (7%), hospedagem (8%) e núcleo olímpico (10%). Note-se que o orçamento previsto para a construção ou reforma de instalações esportivas (4%), do centro de imprensa (2%), da Vila Olímpica (4%) e de outras vilas (8%), totalizava apenas 18% dos gastos com infraestrutura.

Os Jogos do Rio contarão com 33 instalações esportivas: dez delas estão prontas e não necessitam de reformas fundamentais, oito serão amplamente reformadas, nove serão construídas inteiramente e outras seis instalações serão estruturas temporárias. A Vila Olímpica contará com 32 prédios de 12 andares e capacidade para 17.700 camas. Metade dos atletas ficará alojada bem próxima dos locais das competições.

Mas, tanto a Vila como a maioria das instalações ficariam localizadas a 35 quilômetros da principal área hoteleira (Ipanema e Copacabana), onde a grande maioria do público ficará hospedada. As enormes distâncias representam um desafio para o sistema de transporte urbano, o que

2 O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal já previa um investimento de US\$ 8,8 bilhões em obras no Rio de Janeiro, mesmo que a cidade não fosse escolhida como sede dos Jogos.

poderia causar problemas críticos neste quesito, segundo o relatório do COI. Por isso, foi proposto um caro programa de melhorias no transporte urbano que, em grande medida, seriam necessárias mesmo que o Rio não fosse sediar os Jogos.

A previsão é que o sistema de transporte terá 70 quilômetros de pistas duplas exclusivas para ônibus (custo da construção em torno de US\$ 1,23 bilhão), que apoiarão os 300 quilômetros de pistas reservados para a livre circulação dos veículos da “família olímpica”. Além disso, serão concluídas as obras do anel viário (US\$ 600 milhões), será ampliado o sistema de metrô e de trem (US\$ 1,31 bilhão), será renovado o parque de composições destas linhas (US\$ 1,35 bilhão) e será ampliado o aeroporto internacional (US\$ 400 milhões). Sem dúvida, estas obras na área de transporte prometem deixar um importante legado para a cidade.

Também houve a preocupação de evitar problemas no que se refere à hospedagem de quem não vai participar das competições. A oferta de alojamento para receber os jornalistas e, principalmente, os turistas que chegarão ao Rio de Janeiro, no período dos Jogos, foi estimada em 13 mil quartos de hotel, 25 mil quartos em vilas que serão construídas, 8,5 mil quartos em navios de cruzeiro ancorados no porto

e 1,7 mil apartamentos. O COI pôs em dúvida a garantia de contar com os alojamentos em navios e com os apartamentos para aluguel e alertou ainda sobre os riscos financeiros na construção das vilas. De qualquer forma, o projeto inicial contava com a adesão do setor privado, que poderia investir na construção de novos hotéis e ampliar a oferta de alojamentos na cidade.

Portanto, incluindo o setor privado, a previsão do total de investimentos para os Jogos Olímpicos do Rio-2016 alcançava US\$ 16 bilhões – valor superior à estimativa de US\$ 12 bilhões gastos em Athens-2004, mas bastante inferior aos US\$ 40 bilhões investidos em Beijing-2008.

Mas, alguns meses após a vitória da candidatura, três novos itens foram adicionados ao projeto, expandindo ainda mais o orçamento: a ligação da Zona Sul à Barra da Tijuca por metrô, a “bolsa olímpica” para complementar o salário do efetivo policial envolvido com a segurança e a reurbanização acelerada de favelas. As três iniciativas, se confirmadas, acrescentarão R\$ 13,4 bilhões ao montante já previsto para ser gasto no megaevento – que atualmente gira em torno de R\$ 28,9 bilhões. Portanto, à medida que novas necessidades são identificadas para garantir um elevado padrão de qualidade na realização

desse megaevento, mesmo que não ocorram atrasos na entrega das obras, já há um risco muito evidente de “estouro” no orçamento inicial dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Sem dúvida, o financiamento dos Jogos tem sido uma questão delicada para os governos dos países que hospedam esse megaevento³. No Brasil, o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos (COJO) tem a responsabilidade de gerir um orçamento de mais de R\$ 5 bilhões. Os demais investimentos são de responsabilidade das três esferas de governo, que constituíram a Autoridade Pública Olímpica dos Jogos Rio 2016 (APO) para coordenar as obras de infraestrutura e de regeneração urbana e assim garantir o cumprimento do contrato assinado com o COI.

O COJO e a APO garantem que vão dar transparência à aplicação das verbas repassadas para as várias secretarias de estado, entidades esportivas e empresas do setor privado. Ao assinar o documento

relativo à matriz de responsabilidades para os Jogos de 2016, no dia 19 de julho de 2010, em Brasília, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva mostrou que o governo federal está preocupado com a execução do orçamento (LULA... 2010):

“Os brasileiros poderão acompanhar o destino de cada centavo no portal da transparência da Controladoria Geral da República. Farei tudo o que for necessário para encaminhar bem a realização da Copa de 2014 e dos Jogos Olímpicos Rio 2016.”

Projeções sobre o impacto econômico dos Jogos do Rio 2016

Os impactos que têm sido projetados para a realização dos Jogos de 2016 no Rio de Janeiro são, em geral, bastante positivos (MORAIS; EUZÉBIO, 2009). Mas, são poucos os estudos que se arriscam a mensurar de forma mais criteriosa tais impactos.

3 O caso de London-2012 ilustra bem este ponto. O orçamento do projetado inicial havia previsto um custo de 4 bilhões de libras esterlinas (cerca de US\$ 6,3 bilhões), com o poder público se responsabilizando por 85% do total. Entretanto, posteriormente o orçamento foi ampliado. Atualmente, está previsto um desembolso da ordem de 9,325 bilhões de libras esterlinas (US\$ 14,9 bilhões), sendo 98% de responsabilidade dos cofres públicos, uma vez que o setor privado reduziu a sua participação (UNITED KINGDOM, 2008). O Comitê Organizador (LOCOG), deve-se mencionar, administra um orçamento de 2 bilhões de libras esterlinas (US\$ 3,2 bilhões). Mas é o orçamento gerido pelas autoridades públicas, referente aos investimentos em infraestrutura, que tem sido o alvo maior de críticas por causa da inflação de custos, em grande parte em razão de atraso nas obras.

A principal referência, até o momento, é um estudo feito em 2009 pela Fundação Instituto de Administração (FIA) da Universidade de São Paulo (USP), sob encomenda do Ministério do Esporte. O estudo estima que para cada US\$ 1,00 investido no evento seriam movimentados outros US\$ 3,26 em cadeias produtivas correlacionadas. Assim, os Jogos poderiam movimentar mais de US\$ 51 bilhões, ao longo do período de preparação e nos anos posteriores à sua realização. E possivelmente haveria um impulso no crescimento do PIB: US\$ 11 bilhões entre 2009 e 2016, mais US\$ 13,5 bilhões entre 2017 e 2027. Portanto, embora fossem caros, os Jogos teriam um grande potencial de dinamizar a atividade econômica por causa dos efeitos multiplicadores dos gastos efetuados. Além disso, o estudo afirma que a maior movimentação nas transações econômicas possibilitaria um aumento na arrecadação de impostos ao longo de todo o período analisado, que representaria um retorno de aproximadamente 97% dos investimentos públicos na Olimpíada do Rio (JOGOS... , 2009).

Conforme reportagem publicada no site oficial da candidatura pouco antes da vitória do Rio em Copenhagen (COJO, 2009), 55 ramos da economia poderiam se beneficiar com a realização do

megaevento. Em especial, seriam beneficiados os seguintes ramos de atividade: construção (10,5%), serviços imobiliários e aluguel (6,3%), serviços prestados às empresas (5,7%), petróleo e gás (5,1%), serviços de informação (5,0%) e transporte, armazenagem e correio (4,8%). Os impactos em termos de valor adicionado na economia, neste longo período, se dividiriam entre o estado do Rio de Janeiro (53,6%) e o resto do País (46,4%), uma vez que boa parte da demanda gerada seria atendida por empresas de outros estados.

Outro aspecto importante: de acordo com as estimativas feitas, até 2016, seriam criados 120,8 mil empregos por ano, passando para 131 mil por ano entre 2017 e 2027. Em entrevista ao *Jornal do Brasil* em 29 de setembro de 2009, Sergio Murashima, consultor da FIA e coordenador do estudo, acrescentou que haveria um aumento no valor médio da massa salarial (de 8%, após a realização dos Jogos) e também que poderia haver um estímulo à requalificação da mão-de-obra no País (OLIMPÍADA... , 2009).

Como o estudo não está disponível para consulta, não são conhecidas as hipóteses do modelo usado para fazer as projeções. De qualquer forma, os parâmetros da análise podem se alterar com o passar do tempo e a evolução da

economia geralmente não corresponde ao previsto num modelo simples. Por exemplo, podem ser introduzidas inovações tecnológicas e organizacionais que aumentem muito a produtividade do trabalho, tornando muito improvável que sejam gerados mais de dois milhões de empregos no País, até 2027, em função da realização dos Jogos. Ou ainda, as decisões de gasto dos agentes econômicos podem se modificar em razão de acontecimentos que não poderiam ser previstos no modelo – contrariando a matriz de insumo-produto calculada pelo IBGE (a mais recente se refere a 2000-2005), que geralmente é usada para prever o encadeamento dos impulsos gerados por investimentos num determinado segmento da economia nacional – e tornar a contribuição efetiva dos Jogos ao crescimento do PIB muito aquém do projetado.

Em relação ao impulso para o turismo internacional, a previsão do Ministério do Turismo é que o número de turistas estrangeiros no Brasil vai crescer com os Jogos Olímpicos (em 2016, deve ser entre 10% e 15% superior ao de 2015). Esse é um segmento que vem se expandindo: em 2008, os turistas estrangeiros gastaram no País US\$ 5,8 bilhões, 133% a mais do que em 2003 (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2009).

Atualmente, o Rio de Janeiro é o principal destino turístico do hemisfério Sul. Estima-se que, em 2008 (após a realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007), a cidade recebeu 2,82 milhões de turistas internacionais (considerando apenas os que passam, no mínimo, 24 horas na cidade), um crescimento de 7,8% em relação ao ano anterior. Contudo, em 2009, em razão da crise econômica internacional, é possível que o número de visitantes tenha se reduzido. Mas, nos próximos anos, a realização da Copa do Mundo de Futebol deve ajudar a divulgar ainda mais as belezas e atrativos da cidade, além das praias e do carnaval. E é provável que o Rio, ao oferecer ao mundo uma rede hoteleira moderna, consiga ampliar também o turismo de negócios.

Portanto, é possível aproveitar a Copa e os Jogos para impulsionar de modo consistente a “indústria do turismo”, que abarca empresas de diferentes segmentos econômicos, em especial de hotelaria e transporte de passageiros (aéreo e rodoviário), com impacto derivado para os ramos de alimentação, entretenimento, serviços de táxi e aluguel de veículos, entre outros. E é importante mencionar que os megaeventos podem influenciar também o turismo doméstico, cujo peso no País é muito maior do que o internacional. Mas, como os

Jogos serão disputados entre 5 e 21 de agosto – fora da época de férias no Brasil –, ainda é difícil estimar quantos brasileiros apaixonados por esporte viajarão para o Rio para ver de perto a Olimpíada. Sem dúvida, dependerá dos preços de hospedagem, transporte e alimentação.

Considerações finais

O planejamento e a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos se transformaram num desafio de extrema complexidade, que requer a participação do Estado como protagonista. De acordo com Bolívar Pêgo, coordenador de Desenvolvimento Urbano da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do IPEA, o Brasil dispõe de recursos humanos, financeiros e tecnológicos para vencer esse desafio com méritos. Em entrevista à revista *Desafios do Desenvolvimento*, ainda em 2009, ele destacava quatro pontos que merecem atenção especial dos comitês organizadores, por serem fundamentais para a funcionalidade e qualidade dos serviços que vão garantir o bem-estar dos milhares de turistas que irão invadir o Rio de Janeiro, assim como dos cidadãos locais: 1) modernização dos aeroportos e dos serviços aeroportuários; 2) preparação do brasileiro para o contato direto com estran-

geiros; 3) organização de força de segurança centralizada em um único comando (com participação das instituições de segurança pública, seja municipal ou estadual, em parceria com as forças armadas); e 4) atenção com a eficiência do gasto público. Além disso, argumentava que a preparação desse megaevento exige uma ação articulada entre os três níveis de governo e o setor privado, com acompanhamento do Congresso Nacional, de órgãos de controle e de órgãos de gestão ambiental, de forma a dar agilidade aos processos de investimento com a devida supervisão das obras de infraestrutura (MORAIS; EUZÉBIO, 2009, p. 26).

As observações feitas ao longo deste artigo procuraram subsidiar reflexões sobre o papel do Estado nos Jogos do Rio-2016. Por ser um ponto relevante da agenda política nacional, é muito importante que a sociedade brasileira seja informada a respeito de perguntas muito simples: quanto custará ao País o privilégio de sediar os Jogos? Como serão divididos tais custos? Quem vai lucrar com a realização desse megaevento? Quais os legados desejados e quais os ônus indesejados? Durante os próximos anos, esses questionamentos serão frequentes.

Embora haja vários motivos para acreditar que as projeções feitas a respeito dos prováveis

impactos econômicos dos Jogos Olímpicos de 2016 estejam superestimando a real capacidade que este megaevento tem de influenciar o crescimento econômico e aquecer o mercado de trabalho, parece plausível supor que haverá efeitos positivos. Provavelmente, tais impactos se concentrarão no Rio de Janeiro, em especial nos segmentos da construção e do turismo, nos quais haverá geração direta de empregos. Além disso, vão criar um ambiente de otimismo e tornar atraentes investimentos privados em uma gama de outras atividades.

Os principais legados, mais duradouros, não serão no campo econômico. A revitalização urbana é a principal das benesses prometidas para a população do Rio. Mas, para que isto aconteça de maneira a otimizar a aplicação dos recursos públicos, é importante que o projeto original seja revisado e que os investimentos não se concentrem na Barra. Sem dúvida, se bem aproveitados, os Jogos de 2016 podem contribuir como catalisadores no almejado processo de alquimia do Rio de Janeiro porque legitimam investimentos públicos em áreas estratégicas de infraestrutura, ajudam a preservar o meio ambiente e as belezas naturais da região, além de apoiar hábitos esportivos saudáveis e fortalecer a inclusão social das pessoas portadoras de necessidades

especiais. Em acréscimo, podem difundir no mundo toda a imagem de uma “cidade maravilhosa”.

Pode acontecer, contudo, dos Jogos não trazerem o legado esperado. Foi o que ocorreu em Athens-2004 por causa de um fator imprevisível: o medo do terrorismo, que reduziu as receitas com o turismo e ampliou bastante os gastos com segurança. Neste caso, o legado incluiu uma grande dívida assumida pelo governo grego. Em adição, houve denúncias de superfaturamento de obras, uso indevido de recursos públicos e corrupção. E as instalações agora ociosas sugerem que o dinheiro poderia ter sido aplicado em áreas mais prioritárias.

No caso do Rio-2016, espera-se que sejam evitados os perigos de um endividamento público excessivo, que poderia prejudicar políticas públicas em outras áreas necessárias, assim como devem ser tomadas todas as providências para não ocorrerem sérios problemas com transporte e segurança, que poderiam passar a imagem de uma cidade despreparada e desorganizada.

Outro ponto a considerar é que os possíveis efeitos positivos não vão beneficiar toda a população da metrópole de forma homogênea. Alguns segmentos econômicos e sociais serão mais beneficiados que outros. Alguns podem até ser

prejudicados. Por exemplo, se a aplicação de recursos públicos na preparação para os Jogos provocar o adiamento da ampliação do sistema estadual de atenção à saúde, impedir que a Prefeitura eleve os salários dos funcionários, ou levar o governo federal a reduzir suas transferências para investimento em saneamento básico na região, parcelas significativas da população serão afetadas negativamente. Por isso, convém garantir que não haverá desvio de recursos dos três níveis de governo destinados à área social.

Para finalizar, pode-se sugerir que a realização dos Jogos do Rio-2016 é uma ótima oportunidade de aprendizado para a sociedade brasileira (e carioca), uma vez que exige que as decisões do poder público sejam tomadas de forma racional e democrática, que a execução dos orçamentos seja plenamente transparente e que os legados positivos sejam duradouros, para que a participação do Estado nesse megaevento seja legitimada pelo conjunto da sociedade organizada.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, L.S. *Um estudo econômico das sedes dos Jogos Olímpicos*. Campinas: Unicamp.IE, 2007. (Monografia, Graduação em Economia)
- COJO. Rio 2016 gerará impactos socioeconômicos positivos no Brasil. *Site do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016*, 27/09/2009. Disponível em: <http://www.rio2016.org.br/pt/Noticias/Noticia.aspx?idConteudo=1033>
- GRION, R. R. T. *Década de ouro ou década do ouro? Breve análise sobre o legado da infraestrutura dos Jogos Pan-americanos de 2007 e suas consequências para 2014 e 2016*. Campinas: Unicamp.FEF, 2010. (Monografia, Graduação em Educação Física)
- INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. *Olympic Charter*. Lausanne: IOC, february, 2010.
- JOGOS Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 no Rio deixarão legado socioeconômico de grandes proporções. Matéria publicada no Portal Atletas do Brasil, em 30/09/2009. Disponível em: http://www.atletasdobrasil.com/novo/exibenoticia.php?noticia_id=5538
- KFOURI, J. Nem Rio, nem Brasil. Coluna publicada no jornal *Folha de São Paulo*, 01/10/2009.
- LULA define matriz de responsabilidades para os Jogos Rio 2016. *Site do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016*,

- 19/07/2010. Disponível em: <http://www.rio2016.org.br/pt/Noticias/Noticia.aspx?idConteudo=1196>
- MAZO, J. Z.; ROLIM, L. H.; DACOSTA, L. P. Em busca de uma definição de legado na perspectiva de megaeventos olímpicos. In: *Legados de megaeventos esportivos*. Editores: Lamartine DaCosta, Dirce Corrêa, Elaine Rizzuti, Bernardo Villano e Ana Miragaya. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.
- MASCARENHAS, G. Barcelona 1992: um modelo em questão. In: *Legados de megaeventos esportivos*. Editores: Lamartine DaCosta, Dirce Corrêa, Elaine Rizzuti, Bernardo Villano e Ana Miragaya. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. Turismo será um dos grandes beneficiados com olimpíadas no Rio. Reportagem publicada em 02/09/2009. Disponível em: http://www.copa2014.turismo.gov.br/dadosefatos/geral_interna/noticias/detalhe/20091002.html
- MORAIS, M.; EUZÉBIO, G. L. Eventos internacionais: compensa investir? Revista *Desafios do Desenvolvimento*, n. 56, IPEA, nov./dez. 2009.
- NYT. Do Olympic host cities ever win? *The New York Times*, October 2, 2009. In: <http://roomfordebate.blogs.nytimes.com/2009/10/02/do-olympic-host-cities-ever-win/>
- OLIMPÍADA-2016: fonte de renda. Reportagem de Raphael Zarco publicada no *Jornal do Brasil*, em 29 de setembro de 2009.
- ORLANDO Silva diz que comunista e esporte tem tudo a ver. Entrevista concedida ao Portal *Vermelho*, publicada em 08/10/2009. Disponível em: http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=117229&id_secao=1
- PAES abre seminário sobre desenvolvimento do Rio com as Olimpíadas de 2016. *Jornal O Dia*, 18/03/2010.
- PAYNE, M. *A virada olímpica: como os Jogos Olímpicos se tornaram a marca mais valorizada no mundo*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; COB, 2006.
- POYNTER, G. Regeneração urbana e legado olímpico de Londres 2012. In: *Legados de megaeventos esportivos*. Editores: Lamartine DaCosta, Dirce Corrêa, Elaine Rizzuti, Bernardo Villano e Ana Miragaya. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.
- PREUSS, H. Impactos econômicos de megaeventos: Copa do Mundo de Futebol e Jogos Olímpicos. In: *Legados de megaeventos esportivos*. Editores: Lamartine DaCosta, Dirce Corrêa, Elaine Rizzuti, Bernardo Villano e Ana Miragaya. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.

- PRONI, M. W. A reinvenção dos Jogos Olímpicos: um projeto de marketing. *Revista Esporte e Sociedade*, ano 3, n. 9, jul-out. 2008.
- PRONI, M.W.; ARAÚJO, L.; AMORIN, R. Leitura econômica dos Jogos Olímpicos: financiamento, organização e resultados. *Texto para Discussão* n. 1356. Rio de Janeiro: IPEA, ago. 2008.
- RIO 2016: legado positivo em Pequim; Barcelona deu acesso a praias e revitalizou transporte. Matéria publicada no jornal *O Globo* em 2/10/2009. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/rio2016/mat/2009/10/02/rio-2016-legado-positivo-em-pequim-barcelona-deu-acesso-praias-revitalizou-transporte-767890339.asp>
- RIO 2016: urbanista sugere que vilas olímpica e de imprensa fiquem na Zona Portuária. Entrevista a Selma Schmidt publicada no jornal *O Globo* em 5/10/2009. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/rio2016/mat/2009/10/05/rio-2016-urbanista-sugere-que-vilas-olimpica-de-imprensa-fiquem-na-zona-portuaria-767926373.asp>
- TODOS orçamentos de Jogos foram além do previsto, diz Nuzman. Entrevista a Allen Chahad publicada no Portal *Terra*, em 22/02/2010. Disponível em: <http://esportes.terra.com.br/vancouver2010/noticias/0,,O14278431-E114373,00-Todos+orcamentos+de+Jogos+foram+alem+do+previsto+diz+Nuzman.html>
- UNITED KINGDOM. THE COMMITTEE OF PUBLIC ACCOUNTS. *The Budget for the London 2012 Olympic and Paralympic Games*. London: House of Commons, 2008.

Recebido: Junho/2010

Aprovado: Agosto/2010